

Planalto divide comissão do Senado

Renato Alves



Eurides Brito: não é prioridade

A proposta de criação do novo estado não foi bem aceita pelos senadores que compareceram à sessão da CCJ. De acordo com o senador Eduardo Azeredo (PMDB-MG), o projeto muda a estrutura dos estados consolidados e retira cidades de Minas. Para Azeredo, a idéia de Brasília não eleger governador é bastante polêmica e deve gerar discussão.

Já para o senador mineiro Hélio Costa (PMDB), no caso de Goiás, ceder mais municípios seria "leiloar o estado". Na avaliação do parlamentar, não há hipótese de Minas ceder nenhum município. "Minas está fechada com relação à cessão de municípios", enfatizou Costa. Para o senador, a criação de novos estados não promove o desenvolvimento. "O que precisamos é de mais recursos", finalizou. O projeto pode, no entanto, ganhar o apoio da bancada de Tocantins. Segundo o senador

João Ribeiro (PFL-TO), apesar dos problemas políticos que a criação do novo estado apresentaria, o desenvolvimento de Tocantins mostra como a redivisão é importante para o desenvolvimento. "Por isso, a bancada de Tocantins deve apoiar a proposta", declarou. O parlamentar sugeriu ainda a criação de uma comissão para debater melhor o projeto. Para o senador Demóstenes Torres (PFL-GO), Goiás ficaria mutilado. "Vamos ficar mutilados, ainda assim admito a possibilidade de criação, mas um estado não pode ser criado por lobby, mas por necessidade", disse.

Na avaliação da deputada distrital Eurides Brito (PMDB), a criação do estado do Planalto Central, sob o ponto de vista econômico, seria um desastre. "Esta não é uma questão prioritária. É uma questão que interessa a determinados políticos, mas que não re-

siste a uma análise aprofundada sobre o que isso traria de benefício à população", ressalvou. Segundo Eurides, não haveria recursos para investir nas áreas criadas e no Distrito Federal, uma vez que a verba é definida de acordo com a população do local.

(Da Redação com agências)